



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Conselho de Ministros:

Resolução nº 46/2006: (II Série)

Nomeando Augusto Bernardino Fortes Pinheiro Júnior, Superintendente Geral da Polícia Nacional, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director-Geral da Administração Interna.

Resolução nº 47/2006: (II Série)

Nomeando Anete Maria Moreno Mendes, licenciada em Direito, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade.

Chefia do Governo:

Direcção de Serviço de Administração.

Direcção de Recursos Humanos e Assuntos Gerais.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção Nacional da Polícia Nacional.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Direcção de Administração.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção de Recursos Humanos.

Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade e Ministério das Finanças e Administração Pública:

Gabinetes dos Ministros.

Ministério da Cultura:

Gabinete do Ministro.

Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território:

Gabinete do Ministro.

Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

Conselho Superior da Magistratura Judicial:

Secretaria.

Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

Município da Ribeira Grande de Santiago:

Comissão Instaladora.

Município de São Vicente:

Câmara Municipal.

Município do Sal:

Câmara Municipal.

Município do Tarrafal:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Artigo Único

Secretaria-Geral

Despachos de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 30 de Agosto de 2006:

João Cláudio Borges Pereira, técnico parlamentar de 1^a classe, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, em comissão ordinária de serviço como Chefe de Divisão de Apoio Técnico e Secretariado às Comissões, colocado em comissão eventual de serviço, para frequentar o curso de pós-graduação na Áustria, por um período de 3 (três) meses, nos termos do artigo 11^o do Decreto-Lei n^o 1/87, de 10 de Janeiro, com efeitos a partir da data do embarque.

Edson Fontes Andrade Medina, técnico parlamentar de 1^a classe, referência 14, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Assessor no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, colocado em comissão eventual de serviço, para frequentar o curso de pós-graduação na Áustria, por um período de 3 (três) meses, nos termos do artigo 11^o do Decreto-Lei n^o 1/87, de 10 de Janeiro, com efeitos a partir da data do embarque.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

De 4 de Setembro:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Faraílda Gabriela Lima Évora, no cargo de assessora do Presidente da Assembleia Nacional, nos termos do n^o 1 do artigo 12^o da Lei n^o 42/V/97, de 30 de Dezembro, com efeitos a partir de 4 de Setembro de 2006.

De 8:

Emanuel de Jesus Delgado Correia, técnico parlamentar de 1^a classe, referência 14, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, colocado em comissão eventual de serviço, para frequentar curso de Informática em Portugal, por um período de 29 (vinte e nove) dias, nos termos do artigo 11^o do Decreto-Lei n^o 1/87 de 10 de Janeiro, com efeitos a partir da data de embarque.

Avelino Sanches Pires, técnico parlamentar de 2^a classe, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, colocado em comissão eventual de serviço, para frequentar curso de Informática em Portugal, por um período de 29 (vinte e nove) dias, nos termos do artigo 11^o do Decreto-Lei n^o 1/87 de 10 de Janeiro, com efeitos a partir da data de embarque.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 12 de Setembro de 2006. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—————oſo—————

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n^o 46/2006

de 20 Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n^o 2 do artigo 260^o da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Nomeando Augusto Bernardino Fortes Pinheiro Júnior, Superintendente Geral da Polícia Nacional, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director-Geral da Administração Interna, nos termos do artigo 14^o do Decreto-Legislativo n^o 5/98, de 26 de Outubro que aprova o Estatuto do Pessoal da Polícia de Ordem Pública, alterado pelo Decreto-Lei n^o 12/2006, de 6 de Fevereiro.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Vista e aprovada em Conselhos de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Resolução n^o 47/2006

de 20 Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n^o 2, do artigo 260^o da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

Anete Maria Moreno Mendes, licenciada em Direito, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho Família e Solidariedade, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Vista e aprovada em Conselhos de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

—————oſo—————

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Defesa e dos Assuntos Parlamentares:

De 30 de Outubro de 2003:

Elba Helena Rocha Pires, técnica superior, referência 13, escalão A, da Direcção-Geral da Administração Eleitoral, nomeada para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora do Serviço de Administração e Logística Eleitoral, na mesma Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2003, por urgente conveniência de serviço, nos termos do artigo 39^o do Decreto-Lei n^o 86/92 de 16 de Julho, n^o 3 do artigo 3^o do Decreto-Legislativo n^o 13/97, de 1 de Julho, e, do artigo 14^o da Lei n^o 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capítulo 1^o Divisão 2^a, código 03.62.01.02 do orçamento da Direcção-Geral da Administração Eleitoral, em vigor. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Abril de 2004).

Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa, na Praia, aos 30 de Outubro de 2003. – A Directora, *Seráfina Alves*.

Direcção de Recursos Humanos
e Assunto Gerais

Despachos de S. Ex^a a Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional:

De 4 de Setembro de 2006:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço de Rosa Oteldina Delgado de Brito, no cargo de assessora de S. Ex^a a Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Reforma do Estado e da Defesa Nacional, a seu pedido, nos termos da alínea *a*) do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 5 de Setembro de 2006. – A Directora dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais, por substituição, *Maria Alice Lacerda da Costa*.

—oŝo—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e
Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro do Estado e da Saúde:

De 8 de Agosto de 2006:

Ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, são desvinculados os seguintes funcionários do Ministério da Saúde:

- Maria dos Reis Cabral Varela, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão C.
- Olímpio Monteiro Moniz, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão B.

De 23:

Maria Auxilia Évora dos Santos, técnica auxiliar, referência 5, escalão F, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração - prorrogada a respectiva licença por mais 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 6 de Setembro de 2006.

Dionísio de Brito Semedo, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde -colocado no Hospital Regional de Santa Catarina, onde passa a desempenhar as suas funções a partir do dia 22 de Agosto de 2006.

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 29 de Setembro de 2006:

Joaquim Rodrigues, oficial ajudante principal, do quadro da Direcção-Geral dos Registos Notariado e Identificação - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 3 de Agosto de 2006, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra definitivamente incapaz para o exercício da sua profissão».

Direcção-Geral do Recurso Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 6 de Setembro de 2006. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

Despachos de Director Nacional da Polícia Nacional:

De 22 de Agosto de 2006:

Helder Rocha Delgado, agente de 1ª classe da Polícia Nacional, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Setembro 2006.

De 30:

Nos termos dos nºs 1 e 3 do Regimento de Conselho de Disciplina da Polícia de Ordem Pública, Portaria nº 62-J/98, de 16 de Novembro, são nomeados os seguintes elementos para desempenharem as funções de membros do Conselho de Disciplina da Polícia Nacional:

Presidente:

- Júlio César da Cruz Melício - Subintendente;

Vogais efectivos:

- Elísio Vieira Mendes - Subcomissário;
- Jorge Humberto Andrade - Oficial de Brigada;
- Antonieta Silveira da Cunha - 1º Subchefe;
- Jeremias Alves Cabral - Agente de 1ª Classe

Vogais Suplentes:

- Pedro Mendes Teixeira - Chefe da Polícia Marítima;
- João da Cruz Andrade Leal - Subchefe Principal;
- Renato Pereira de Carvalho - Agente Principal.

De 4 de Setembro:

É dada por finda as funções que os seguintes membros do Conselho de Disciplina da Polícia de Ordem Pública vinham desempenhando:

- Manuel António Alves - Comissário
- Manuel Semedo Mendes - Subchefe Principal
- Manuel António Tavares Semedo – 1º Subchefe
- Pedro José Silva – 1º Subchefe
- Anacleto Lopes de Pina - Agente Principal

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos, comunica-se que nos termos do nº 2, do artigo 48º, do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, extingue-se o vínculo laboral entre Administração e António Gomes Teixeira, ex-agente de 1ª classe da Polícia de Ordem Pública.

Direcção Nacional de Polícia Nacional, aos 11 de Setembro de 2006. – Pelo Director, *Elísio Vieira Mendes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração, foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 33, de 23 de Agosto, o despacho referente à nomeação em comissão de serviço de Joselina do Carmo Pereira Andrade Soares de Carvalho, como Secretária de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Assim sendo:

Onde se lê:

Joselina do Carmo Pereira Soares de Carvalho

Deve-se ler:

Joselina do Carmo Pereira Andrade Soares de Carvalho.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, na Praia, aos 5 de Setembro de 2006. – A Directora, *Lina Filipe Sousa*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Maio de 2006:

Maria Teresa Tavares Soares, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão D, da Câmara Municipal do Maio - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 209.136\$00 (duzentos e nove mil, cento e trinta e seis escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 15 de Maio de 2006, do Presidente da Câmara Municipal do Maio, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 de Novembro de 1963 a 31 de Dezembro de 1979.

A dívida no montante de 190.372\$00, deverá ser amortizada em 190 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.046\$00 e as restantes no valor de 1.002\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no cap. 9º, artigo 66º do orçamento municipal vigente. – (Visado Pelo Tribunal de Contas em 25 de Agosto de 2006).

De 15 de Junho:

António da Veiga, ex-guarda da Câmara Municipal da Praia - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 84.288\$00 (oitenta e quatro mil, duzentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a

19 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Maio de 2004, do Director substituto da Contabilidade Pública foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação como guarda, referente ao período de 19 anos e 1 mês.

A dívida no montante de 168.590\$00 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa escudos), poderá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 867\$00 e as restantes no valor de 937\$00.

(Visado Pelo Tribunal de Contas em 29 de Agosto de 2006).

De 20:

Venceslau Mendes Pereira, guarda florestal, referência 1, escalão D, da Delegação do Ministério do Ambiente e Agricultura, nos concelhos da Praia e S. Domingos, desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 209.124\$00 (duzentos e nove mil, cento e vinte e quatro escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Março de 2006, do Director Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 34 anos.

A dívida no montante de 306.367\$00 (trezentos e seis mil, trezentos e sessenta e sete escudos) poderá ser amortizada em 249 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.342\$00 e as restantes de 1.225\$00.

De 11 de Agosto:

Faustina Maria Santos, professora do ensino secundário, referência 8, escalão E, do Ministério da Educação e Ensino Superior - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 970.248\$00 (novecentos e setenta mil, duzentos e quarenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com as disposições combinadas do artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados Pelo Tribunal de Contas em 5 de Setembro de 2006).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº. 10.12, Div. 15, Código 35.03.01.01 do orçamento vigente.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 6 de Setembro de 2006. – A Directora-Geral, *Diela da Graça Évora*.

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado Adjunto do Ministério das Finanças e administração Pública:

De 29 de Agosto de 2006:

Cecília de Oliveira Moreno, técnica superior de primeira, referência 14, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 3 de Maio

de 2004, prorrogada a referida licença, por mais um ano, nos termos do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril, com efeitos a partir de 3 de Agosto de 2006.

Atelano João de Henrique Dias da Fonseca, técnico superior de finanças, referência 15, escalão E, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Agosto de 2003, prorrogada a referida licença, por mais um ano, nos termos do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Odete Mendes de Barros, oficial administrativo, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 24 de Agosto de 2004, prorrogada a referida licença, por mais um ano, nos termos do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 24 de Agosto de 2006.

Maria de Fátima Correia dos Santos, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão D, do quadro da Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, concedida licença sem vencimento por um período de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 45º do Decreto-Lei nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2006.

Maria Isabel Vieira Sanches, técnica auxiliar de finanças, referência 6, escalão A, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e Administração Pública, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde um de Abril de 2003, prorrogada a referida licença, por mais um ano, nos termos do nº 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 (um) de Abril de 2006.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* nº 3/2006, II Série, de 18 de Janeiro o despacho de S. Exª o Ministro das Finanças e Administração Pública, referente a nomeação em comissão de serviço de Nataniel Natividade Costa Delgado, rectificasse na parte que interessa

Onde se lê:

Técnico tributário auxiliar, referência 11, escalão A.

Deve-se ler:

Técnico verificador tributário, referência 11, escalão A

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e administração Pública, na Praia, aos 11 de Setembro de 2006. – A Directora de Administração, *Albertina Rocha Costa*.

—o§o—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Exª a Ministra da Justiça:

De 6 de Fevereiro de 2006:

António Tavares de Jesus, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do Ministério da Justiça, colocado na Comissão de Coordenação de Combate à Droga, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, ao abrigo do nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na Divisão 10.13.13, Cl. Ec. 3.01.01.02 - Pessoal do quadro, Comissão de Coordenação de Combate à Droga - Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Agosto de 2006).

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 18 de Agosto de 2006. – O Director-Geral, p/s, *José Cardoso*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos

Despacho de S. Exª o Secretário de Estado da Educação e Ensino Superior:

De 22 de Janeiro de 2006:

Almerindo José Maria Delgado de Jesus, professor do ensino secundário, referência 8, escalão E, em exercício de funções na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedido(a) a redução de 04 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

De 28 de Agosto:

Manuel Miguel da Luz, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, em exercício de funções, em serviço na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedido a redução de 8 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Jorge de Pina Lopes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Direcção-Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, concedido a redução de 8 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Maria Celeste Fonseca, professora do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Orisa Isabel Pimenta Lima Silva, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Julião Mateus Assunção, professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária do Porto Novo, concedido a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Samira Leite, professora do ensino secundário adjunta, referência 7, escalão C, em exercício de funções na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedida a redução de 8 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

António Costa Lima, professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária de Santa Cruz, concedida a redução de 8 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Deolinda Maria Cíclia Fortes de Melo Lopes dos Santos, professora do ensino secundário, referência 8, escalão C, em exercício de funções no Liceu Domingos Ramos, concedida a redução de 8

horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Madalena Soares Frederico Nunes de Pina, professora do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária do Maio, concedida a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Gilberto Furtado Vieira, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária do Tarrafal, concedido a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Domingos Moreira Evangelista de Barros, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de São Miguel, concedido a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Alexandrina Deusa de Freitas, professora do ensino secundário, referência 8, escalão C, em exercício de funções na Escola Secundária Jorge Barbosa, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Domingos António Lopes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária José Augusto Pinto, concedido a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Cândido Tavares de Oliveira, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária do Palmarejo, concedido a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº I do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

Maria José Barros Costa Alfama Borja, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Cónego Jacinto, concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/94, de 29 de Março, com efeitos a partir do ano lectivo 2006/07.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos, comunica-se que José Manuel Marques Lopes, técnico superior, referência 13, escalão A, de nomeação definitiva, no quadro do pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento - Ministério da Educação e Ensino Superior, que se encontrava em comissão eventual serviço, para frequentar o curso de mestrado em Planificação e Gestão da Educação pelo Instituto Internacional de Planificação de Educação, foi autorizado o regresso ao quadro de origem de acordo com o despacho do Senhor Secretário de Estado de Educação de 28 de Agosto de 2006 .

Para os devidos efeitos, comunica-se que João Gomes Cardoso, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, no quadro do pessoal da Escola Secundária Polivalente “Cesaltina Ramos” que se encontrava em comissão eventual serviço, para frequentar o curso de mestrado em “Química” na Université de Ruan - France , foi autorizado o regresso ao quadro de origem de acordo com o despacho do Senhor Secretário de Estado de Educação de 28 de Agosto de 2006.

Para os devidos efeitos, comunica-se que Carlos Landim Monteiro, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, na Escola Secundária de Santa Catarina, que se encontrava em comissão eventual serviço, para frequentar o curso de mestrado em Estatística e Gestão da Informação na Universidade Nova de Lisboa, foi autorizado o regresso ao quadro de origem de acordo com o despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado de Educação, de 3 de Março de 2006.

Para os devidos efeitos, comunica-se que Alfred Moreno, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva, no quadro do pessoal da Escola Secundária “Constantino Semedo” que se encontrava em comissão eventual serviço, para frequentar o curso de mestrado em “Didátique des Langues” na Université – Michel de Montaigne - France , foi autorizado o regresso ao quadro de origem de acordo com o despacho do Senhor Secretário de Estado de Educação de 28 de Agosto de 2006.

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 45/2005, II Série, de 7 Dezembro, o despacho referente à progressão de funcionários das Delegações e escolas Secundárias do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, com efeito a partir de 2004, pelo que, de novo se publica na íntegra:

Delegação de Santa Cruz

Onde se lê:

Ilda Correia Tavares da Cruz, professor primário, referência 3, escalão D, para escalão E.

Deve ler-se:

Ilda Tavares da Cruz, professora primário, referência 3, escalão D, para escalão E.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 45/2005, II Série, de 7 Dezembro, o despacho referente à progressão de funcionários das Delegações e escolas Secundárias do Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos, com efeito a partir de 2004, pelo que, de novo se publica na íntegra:

Delegação de São Domingos

Onde se lê:

Maria Antónia Gonçalves Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, para escalão B.

Deve ler-se:

Maria Antónia Gonçalves Andrade, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, para escalão C.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 16, II Série, de 26 de Abril de 2006 o despacho referente à nomeação na carreira de pessoal docente do Ministério da Educação e Ensino Superior, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Celso de Jesus Carvalho Cruz, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, Liceu Domingos Ramos.

Deve ler-se:

Celso de Jesus Carvalho Cruz, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, Escola Secundária Pedro Gomes.

COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DA CULTURA

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 22, II Série, de 22 de Junho de 2005 o despacho referente à nomeação na carreira de pessoal docente do Ministério da Educação e Ensino Superior, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Carlos Alberto Pires Gomes, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, Delegação Praia.

Deve ler-se:

Carlos Alberto Pires Gomes, professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, Liceu Domingos Ramos.

Direcção de Serviço de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 7 de Setembro de 2006. — O Director, *Ulisses Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE E
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete dos Ministros

Despacho conjunto de S. Ex^{as} o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade e o Ministro das Finanças e Administração Pública:

Tendo a sociedade “NEPTUNUS – Actividades Marítimo - Turístico, Lda” requerido o Estatuto de Utilidade Turístico a favor do empreendimento “SUBMARINO ATLÂNTIDA”, localizado na Vila de Santa Maria, Ilha de Sal.

Tendo em conta que se trata de um investimento orçado em cerca de 203.712.000\$00 (duzentos e três milhões, setecentos e doze mil escudos) e que vai criar pelo menos 9 (nove) postos de trabalho directos e permanentes e que, por isso, irá contribuir para o aumento do produto nacional bruto, para a melhoria da balança de transacções correntes, para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento disponível das famílias;

Sendo uma actividade que visa aumentar e diversificar o produto turístico, contribuindo para a melhoria da imagem do país como destino turístico;

Decidimos:

Atribuir, o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento, “SUBMARINO ATLÂNTIDA” nos termos do nº 5 do artigo 2º da Lei nº 55 /VI/2004, de 10 de Janeiro.

Gabinetes dos Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade e o Ministro das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 19 de Julho de 2006. — Os Ministros, *João Pereira Silva – João Pinto Serra*.

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Cultura:

De 13 de Abril de 2006:

Maria Auzenda Nogueira da Silva, técnica superior principal, referência 15, escalão C, do quadro de pessoal do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessora do Ministro da Cultura, nos termos previstos nos nº 1 e 3 do artigo 3º e nº 3 do artigo 4º, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º, alínea b) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 15 de Abril de 2006.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.01.01 do orçamento em execução do Gabinete do Ministro da Cultura.

De 11 de Agosto:

Nos termos previstos nos artigos 47º, nº 1, e 48º, nº 1, do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, é concedida à Verónica Esmeralda dos Reis Freire, técnica superior principal, referência 15, escalão B, do quadro de pessoal do Instituto da Investigação e do Património Culturais, a licença sem vencimento de longa duração, por um período de um ano, com efeitos a partir de 12 de Julho de 2006.

Gabinete do Ministro da Cultura, na Praia, aos 31 de Agosto de 2006. — O Assessor, *Alberto Silva Ramos*.

—oço—

MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO,
HABITAÇÃO E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território:

De 11 de Abril de 2006:

É nomeada Samira da Conceição Lopes Furtado, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora de Comunicação e Imagem do Gabinete de S. Ex^a o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto nos nºs 1 a 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2006.

É nomeada Cornélia Irineia Évora Miranda Pereira, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora de Gabinete de S. Ex^a o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto nos nºs 1 a 3 do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2006.

E nomeada Karine de Carvalho Andrade Ramos, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora Jurídica do Gabinete de S. Ex^a o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2006.

É nomeado Francisco Mendonça Varela, para em Comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Condutor de S. Ex^a o Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 a 3 do Decreto-Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2006.

Gabinete do Ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 23 de Agosto de 2006. – A Directora de Gabinete, *Cornélia Pereira*.

—ofo—

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÃO Nº 13/2006

de 30 de Agosto

Ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 3 e 5 do artigo 223.º da Constituição da República e 67.º n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 136/IV/95, de 3 de Julho, na nova redacção dada pela Lei n.º 65/V/98, de 17 de Agosto;

Delibera-se o seguinte movimento de magistrados:

Dr. António Pedro Lopes Borges, Procurador da República de 3.ª Classe, esc. A, ind. 140, transferido da Procuradoria da República da 2.ª Classe da Comarca do Tarrafal para a Procuradoria da República da 1.ª Classe da Comarca da Praia.

Dr. José Carlos Lopes Correia, Procurador da República de 3.ª Classe, esc. A - ind. 140, transferido da Procuradoria da República da 2.ª Classe da Comarca do Sal para a Procuradoria da República da 1.ª Classe da Comarca de São Vicente.

Os Magistrados ora transferidos deverão apresentar-se nas respectivas Comarcas para iniciar funções a 1 de Outubro de 2006.

O Presidente, p/s, *Luís José Tavares Landim*.

DELIBERAÇÃO Nº 14/2006

de 30 de Agosto

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, tomada na sua reunião extraordinária do dia 30 de Agosto de 2006, e sob proposta do Senhor Procurador da República da Comarca de 2.ª de Santa Cruz, é nomeada Isabel Maria de Brito Duarte, Conservadora Notaria por substituição nesse conselho, e o Eng.º Florentino Monteiro Tavares, para cumulativamente com as suas funções, exercerem o cargo de 1.º e 2.º substitutos do Procurador da República.

Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 30 de Agosto de 2006. – O Presidente, p/s, *Luís José Tavares Landim*.

CONSELHO SUPERIOR DO MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

DELIBERAÇÃO

de 18 de Agosto de 2006

Ana Filomena Livramento dos Reis, Juiz de Direito de 3.ª Classe, Esc. A, Ind. 140, do quadro da Magistratura Judicial, ora colocada na vaga de Juiz Auxiliar do Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de 2.ª Classe de Santa Catarina, é transferida, com a sua anuência, para o Tribunal da Comarca de 1.ª Classe da Praia, sendo colocada no Juízo de Família e Menores, ao abrigo do previsto no art.º 15.º - B n.º 1 da Organização Judiciária, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006.

Ass.) *Benfeito Mosso Ramos* – Presidente.

Está conforme

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, aos 6 de Setembro de 2006. – O Secretário, *Boaventura Borges Semedo*.

—ofo—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

de 3 de Março de 2006

Manuela Gomes Maurício, licenciada em Arquitectura pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, nomeada para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora dos Serviços Técnicos Municipais daquela Autarquia, nos termos dos Artigos 11.º a 16.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, conjugados com o artigo 2.º da lei n.º 14/IV/91, de 30 de Dezembro e o artigo 72.º da Lei 134/IV/95, de 30 de Julho.

Os encargos resultantes serão suportados na dotação inscrita no capítulo 03.62.01.02 do Orçamento Municipal vigente da Câmara Municipal da Ribeira Grande. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 29 de Maio de 2006).

Câmara Municipal da Ribeira Grande, aos 10 de Agosto de 2006. – A Secretária Municipal, *Neusa Maria Gomes Rodrigues*.

—ofo—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

Comissão Instaladora

Despacho do Presidente da Comissão Instaladora do Município de Ribeira Grande de Santiago:

De 9 de Agosto de 2006:

Evaristo Augusto Andrade Fernandes, contratado em regime de contrato administrativo de provimento, para exercer o cargo de técnico superior em Engenharia Civil, referência 13, escalão A, no Município da Ribeira Grande de Santiago, nos termos dos artigos 15.º e 28.º ambos do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 24.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 21.º da Lei n.º 63NI/2005, de 9 de Maio, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

Adelina Maria Ribeiro, Diamantino Lopes Martins e Otilindo de Jesus Moreira Semedo contratados a termo, para exercerem o

cargo de fiscal municipal, referência 5, escalão A, no Município da Ribeira Grande de Santiago, nos termos dos artigos 15º e 37º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 21º da Lei nº 63/VI/2005, de 9 de Maio, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

São contratados Cláudia Helena Mendes Barros, Emanuel Rocha Alves e Lucibela Lopes Vaz Furtado, para em regime de contrato administrativo de provimento, exercerem o cargo de assistente administrativo, referência 6, escalão A, no Município da Ribeira Grande de Santiago, nos termos dos artigos 15º e 29º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 21º da Lei nº 63/IV/2005, de 9 de Maio, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 5 de Setembro de 2006).

Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, aos 8 de Setembro de 2006. – O Secretário Municipal, *Pedro Oliveira Correia*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª a Presidente da Câmara Municipal de São Vicente:

De 18 de Maio de 2006:

Rodrigo Regalla Rendall Leite de Oliveira Martins, licenciado em Sociologia, ramo do trabalho, nomeado para ao abrigo do disposto no artigo 13º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea c), nº 2, do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigo 10º, nº 2 da Lei nº 53/VI/2005, de 3 de Janeiro, exercer provisoriamente o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Câmara Municipal de São Vicente.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no código 3.01.01.02 do orçamento Municipal Vigente.

Despacho de S. Exªs o Presidente do Instituto das Comunidades e a Presidente da Câmara Municipal de São Vicente:

De:

Maria da Luz Oliveira Rodrigues Silva, técnica superior, referência 13, escalão B, do quadro de pessoal do Instituto das Comunidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, transferida para o quadro da Câmara Municipal de São Vicente, na mesma categoria, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, com efeitos a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Câmara Municipal de São Vicente, aos 23 de Agosto de 2006. – O Secretário Municipal, *Avelino Pedro Chantre Lopes da Silva*.

—oço—

MUNICÍPIO DO SAL

Câmara Municipal

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 31 de Março de 2006:

Adalberto Fortes Monteiro, técnico profissional, referência 8, escalão B, desta Câmara Municipal, progride nos termos dos

artigos 21 e 22º do Decreto-Legislativo nº 86/92, de 16 de Julho, para técnico profissional, referência 8, escalão C, conjugado com o artigo 2º alínea 2) do Decreto-Lei nº 17/2005, de 28 de Fevereiro.

Paulo Miguel Fortes Duarte, técnico profissional, referência 8, escalão B, desta Câmara Municipal progride nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Legislativo nº 86/92, de 16 de Julho, para técnico profissional, referência 8, escalão C, conjugado com o artigo 2º alínea 2) do Decreto-Lei nº 17/2005, de 28 de Fevereiro.

Aristides Soares Vieira, técnico adjunto, referência 11, escalão A, desta Câmara Municipal do Sal, progride nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Legislativo nº 86/92 de 16 de Julho para técnico adjunto, referência 11, escalão B, conjugado com o artigo 2º alínea 2) do Decreto-Lei nº 17/2005 de 28 de Fevereiro.

Câmara Municipal do Concelho do Sal, aos 24 de Agosto de 2006. – O Secretário Municipal, *Gabriel Romualdo Neves*.

—oço—

MUNICÍPIO DO TARRAFAL

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 10 de Março de 2006

Mário Mendes Sanches, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão D, definitivo do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Chefe de Secção de Infraestruturas e Obras, grupo I, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea b) do artigo 12º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e alínea d) do nº 2 do artigo 92º, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho.

José Arnaldo da Costa Évora, condutor auto de pesados, referência 4, escalão C, do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de supervisor de oficina, nos termos do artigo 35º e nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea b) do artigo 12º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e alínea d) do nº 2 do artigo 92, da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 4, nº 1, artigo 1º do orçamento municipal vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 24 de Julho de 2006). -

Despacho de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 13 de Março de 2006:

Lucilio Almeida Mendes, nomeado para em regime de contrato a termo certo, desempenhar as funções de Tesoureiro Municipal, referência 7, escalão A, nos termos do nº 1 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 30º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e nº 2 do artigo 10º da Lei nº 53/VI/2005, de 3 de Janeiro.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 3º nº 1 artigo 1, do orçamento municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Setembro de 2006). -

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 8 de Setembro de 2006. – O Secretário Municipal, *António Dias Costa*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—oço—

NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.netdom.com.br

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 150\$00